

SUSTENTABILIDADE ETNOLINGUÍSTICA: AS LÍNGUAS NATIVAS REMANESCENTES NO BAIXO AMAZONAS NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

ETHNOLINGUISTIC SUSTAINABILITY: THE REMAINING NATIVE LANGUAGES IN THE LOWER AMAZON IN AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Edinelza Macedo Ribeiro¹
Dayana Leão Ferreira²

Recebimento do Texto: 20/09/2022

Data de Aceite: 18/10/2022

RESUMO: O presente trabalho propôs-se a analisar a sustentabilidade etnolinguística das línguas nativas remanescentes no Baixo Amazonas. Em termos teórico-metodológicos, adotou-se o método bibliográfico com investigação no enfoque qualitativo interdisciplinar, uma vez que estabeleceu critérios relacionais entre língua e história. Resgatou, ainda, a história social das línguas na Amazônia, identificando os troncos linguísticos, descrevendo as características linguísticas e fazendo a cartografia das línguas nativas remanescentes nas respectivas áreas de estudo. Os resultados da pesquisa contribuíram para o reconhecimento das seguintes famílias linguísticas: Barreirinha: Mawé e tronco linguístico Macro-Tupi; Boa Vista do Ramos: tem como línguas nativas a Munduruku e a Sateré-Mawé, tronco linguístico Macro-Tupi. Maués tem igualmente as características linguísticas do município de Boa Vista do Ramos. Já Nhamundá fora inicialmente habitado pelos indígenas Uabuis, Cunuris e Guaicaris.

PALAVRAS-CHAVE: Etnolinguística. Baixo Amazonas. Línguas Nativas. Povos Indígenas.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the ethnolinguistic sustainability of the remaining native languages in the Lower Amazon. In theoretical and methodological terms, it adopted the bibliographic method with an interdisciplinary qualitative research approach, since it established relational criteria between language and history. It also rescued the social history of languages in the Amazon, identifying the linguistic trunks, describing the linguistic characteristics and mapping the remaining native languages in the respective study areas. The results of the research contributed to the recognition of the following language families: Barreirinha: Mawé and Macro-Tupi linguistic trunk; Boa Vista do Ramos: has Munduruku and Sateré-Mawé as native languages, Macro-Tupi linguistic trunk. Maués also has the linguistic characteristics of Boa Vista do Ramos. Nhamundá was initially inhabited by the indigenous Uabuis, Cunuris and Guaicaris.

KEYWORDS: Ethnolinguistics. Lower Amazon. Native Languages. Indigenous Peoples.

1 Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, membro do Colegiado do Curso de Letras da Universidade do Amazonas/CESP-UEA

2 Graduada em Licenciatura em Letras pela Universidade do Amazonas- CESP-UEA

Introdução

A ideia de realizar a presente pesquisa surgiu em decorrência dos debates realizados no Grupo de Pesquisa Rede de Estudos do Território e Sustentabilidade Amazônica (REDESAM)/CESP-UEA, diante da necessidade de criar recursos didático-pedagógicos que pudessem servir de suporte às aulas de Linguística do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado Amazonas/CESP-UEA. Tais reivindicações foram levantadas visando a compreensão e aproximação das abordagens teóricas discutidas em sala com a realidade dos acadêmicos indígenas que buscam qualificação na referida instituição. Partindo dessas observações, organizou-se um macroprojeto com o objetivo de analisar a sustentabilidade etnolinguística das línguas nativas remanescentes no Baixo-Amazonas, justamente por ser a área de onde provém a maior parte dos estudantes indígenas para o CESP-UEA.

A literatura sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) cresceu sensivelmente nos últimos anos. Na realidade, o que se observa no contexto das abordagens desse novo modelo de desenvolvimento é uma tentativa de articulação entre os circuitos globais da economia com a dinâmica local, em que os embates dualistas do significado “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento” são alvos de questionamentos quanto aos seus objetivos sociais, ecológicos e econômicos.

Tais discussões não ficam limitadas à superficialidade do conceito, mas apontam controvérsias que suscitem questionamentos, como em Sachs (2000), entre outros, por entenderem que nesse impasse dual há jogo de interesse identificado na diversidade de adjetivações remetido ao próprio termo de “desenvolvimento” atrelado aos ideais de sustentabilidade. Na concepção de Sachs (2000), o desenvolvimento sustentável deve trazer uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

É nesse contexto de análise, e partindo dessa iniciativa, que é submetida a primeira parte do projeto ao Programa de Fomento PAIC/FAPEAM/UEA e selecionados bolsistas para juntos se buscar o resultado da pesquisa, visando articulação com docentes e discentes de várias áreas de conhecimento como

forma de vivenciar na prática os estudos interdisciplinares, indo ao encontro da proposta do Grupo de Pesquisa (REDESAM/CESP/UEA).

É indiscutível o reconhecimento de que as línguas indígenas brasileiras vêm sendo ameaçadas de extinção, situação que ocorre há mais de 500 anos. De acordo com Rodrigues (2015), estima-se que existam cerca de 180 línguas faladas em todo o território nacional, por diferentes povos. Muitas dessas línguas ainda não foram estudadas, delas se sabe pouco ou nada, bem como muitas já desapareceram junto com seus povos.

Dados do IBGE (2001) apontam estimativas demográficas que, por volta de 1500, na chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, a região era habitada por pelo menos 5 milhões de indígenas. Hoje, essa população está reduzida a pouco mais de 700.000 indígenas em todo o Brasil. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) trabalham com dados ainda muito inferiores: pouco mais de 300.000 indígenas. De acordo com Baniwa (2006), essa diferença dá-se em função de diferentes métodos utilizados para a obtenção de dados. A FUNAI e a FUNASA, por exemplo, trabalham apenas com as populações indígenas reconhecidas e registradas por elas, geralmente populações que habitam aldeias localizadas em terras indígenas reconhecidas oficialmente.

Diante desse contexto, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar a sustentabilidade etnolinguística das línguas nativas remanescentes no Baixo Amazonas. O termo Baixo Amazonas, nesta pesquisa, refere-se ao estado do Amazonas, na parte correspondente ao município de Urucará até o de Parintins, limite fronteiro do Amazonas com o Pará. Os municípios correspondentes ao Baixo Amazonas são 7: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará, e todos serão objeto de estudo desta pesquisa. Para o mapeamento das áreas selecionadas foram utilizadas técnicas especializadas com o suporte de profissional da área de Geografia, a qual contou com o apoio da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) e do *software* QGis.

Em relação aos objetivos específicos, elencam-se: i) identificar os troncos linguísticos a partir do levantamento dos povos que habitavam o Amazonas; ii) descrever as características linguísticas e a referência identitária desses povos no contexto histórico sociocultural das línguas no Amazonas; e iii) fazer a cartografia

das línguas nativas remanescentes nas respectivas áreas de estudo.

Do ponto de vista teórico e metodológico, foi adotado o método de abordagem bibliográfica com investigação no enfoque qualitativo interdisciplinar, uma vez que foram articuladas discussões com alguns critérios relacionais entre língua e história, Minayo (2004), com o viés da ecolinguística, Rodrigues (2015). Resgatou-se a história social das línguas na Amazônia como suporte da identificação dos troncos linguísticos dos povos habitantes do Baixo Amazonas. Utilizou-se recorte teórico levando em conta três aspectos, a saber: a) quem são esses povos; b) as funções sociais das línguas faladas na região; c) a atitude dos falantes em relação a elas; e d) o papel que desempenharam como fatores de identidade étnica e nacional e de coesão social em diferentes momentos históricos.

Em seguida serão descritas a situação linguística e a referência identitária desses povos, observando-se as ocorrências de bilinguismo encontradas a partir da documentação consultada.

Reconhecer oficialmente uma língua implica, sobretudo, no reconhecimento do Estado e sua existência. Além disso, garantir o uso dessas línguas em um espaço urbano de forma institucionalizada pode constituir política linguística decisiva para as populações nativas, na cidade ou em seus territórios, interessadas em manter suas línguas. A diversidade etnolinguística do Amazonas é importante não só pelo grande número de línguas e, conseqüentemente, de etnias, mas também devido à singularidade cultural da região.

Enfim, acredita-se que os resultados alcançados nesta primeira fase da pesquisa possam servir de auxílio à elaboração de cenários sobre as línguas remanescentes da área em estudo de modo a beneficiar futuros projetos de políticas públicas educacionais no contexto amazonense, assegurando sustentabilidade garantidora nas três dimensões: ambiental, social e econômica desses povos, levando em conta principalmente a sustentabilidade etnolinguística dos povos Amazônidas.

A diversidade etnolinguística no baixo amazonas

As línguas indígenas são um dos maiores patrimônios do Brasil, porém, desde a sua colonização, 80% desse patrimônio já foi perdido. De acordo com a

FUNAI, a atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Esse censo revelou que em todos os estados da federação, incluindo o Distrito Federal, há populações indígenas.

A FUNAI também registra 69 referências de indígenas ainda não contatados, além de existirem grupos que requerem o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista. Atualmente, muitos indígenas saem de suas aldeias ou território indígena em busca de uma vida “melhor” em outras cidades, como por exemplo, emprego, estudo, entre outros. Esse contato do indígena com a língua portuguesa muitas vezes faz com que a língua materna sofra algumas alterações e, conseqüentemente, ocorre o desinteresse em querer preservá-la, levando-a à extinção.

Segundo Krauss (1992), 90% das línguas do mundo podem desaparecer até o final do século XXI, isso justifica as ações práticas no intuito de se conduzirem trabalhos científicos que ajudem a evitar seu desaparecimento. Logo, levando em consideração a perspectiva sustentável deste trabalho, pretende-se construir um mapa “etnolinguístico” para registrar as línguas nativas dos seguintes municípios do Baixo Amazonas: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Uruará.

Segundo Lyons (1987), a etnolinguística pode ser definida como o estudo da linguagem com relação à cultura, considerando que “cultura” se estabelece no sentido em que é usada na antropologia. A cultura pressupõe a sociedade; e a sociedade, por sua vez, depende da cultura. Dessa forma, pode-se, então, complementar que a etnolinguística se trata de uma área da linguística que se propõe a estudar as relações entre língua e cultura, bem como estudar o comportamento de determinado povo, suas tradições, sua história, direcionada pela língua que esse povo domina e de que forma ela servirá de auxílio para ele.^{xi}

Cada língua existente possui consigo uma visão de mundo diferente, então, quando se busca estudar diferentes línguas, conseqüentemente, descobre-se uma série de diferenças não só na escrita e pronúncia, mas também na visão geral de cada etnia. De acordo com o linguista Mattoso Câmara (1944), todo indivíduo que fala rege-se por um sistema de sons, de fonemas e de significação e

ordenação de formas adquirido em meio à sociedade em que vive e que nessa se transmite através das gerações, como uma tradição de cultura, como povos que plantam ou que fabricam “coisas”. Desse modo, a língua é vista, de acordo com a etnologia, como arte coletiva.

Segundo Rodrigues (2013), embora a maioria dos brasileiros tenha a impressão de viver em um país monolíngue, o Brasil é, na verdade, multilíngue, pois aqui são aprendidas como línguas maternas, atualmente, cerca de 180 línguas indígenas. Supõe-se que a população indígena em 1500, na chegada dos portugueses ao continente, era de cerca de três a cinco milhões de habitantes, levando-se em conta várias partes do Brasil. As populações indígenas eram muito mais densas quando comparadas com os dados estatísticos atuais, o que se pode perceber com bastante clareza.

De acordo com Rodrigues (2015), todas as línguas indígenas do Brasil estão ameaçadas de extinção. Os Tikuna ou Tukuna são o povo com maior número de falantes na Amazônia, com população de cerca de 23.000 pessoas estabelecidas ao longo do rio Solimões, desde a foz do Jutai até a fronteira com o Peru e com a Colômbia (há cerca de 4.500 Tikuna no Peru e outros na Colômbia).

Isidoro (2006) ao analisar essa questão fala da conexão existente entre língua e o habitat dos costumes desses povos, considerando perda da identidade forçando-os a assimilação de costumes da sociedade não indígena, como consequência da usurpação de suas terras. A terra é fator fundamental de resistência dos povos indígenas. De acordo com Pereira (2011), o território é a condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de bem material ou lugar de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. O território garante a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.

Diante disso, para Baniwa:

Podemos definir terra como o espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela

tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza. (BANIWA, 2006, p. 101).

Dessa forma, não se perde apenas a língua, sua estrutura e sua sintaxe, mas também o modo único de ver e significar o mundo, e uma vez que se tira do povo o direito a suas terras, está se tirando sua vida e seu mundo natural e próprio.

Conforme Rodrigues (2001), existe grande diversidade entre as línguas indígenas do Brasil, principalmente de natureza genética, a qual permite classificá-las em conjuntos com origem comum mais próxima ou mais remota. Embora se tenha perdido, durante a colonização, grande quantidade de línguas nativas, hoje ainda há no Brasil riqueza linguística. As línguas indígenas do Brasil dividem-se em dois grandes troncos linguísticos: Macro-Tupi e Macro-Jê, mas além desses troncos^{xii} há cerca de outras 19 famílias linguísticas.

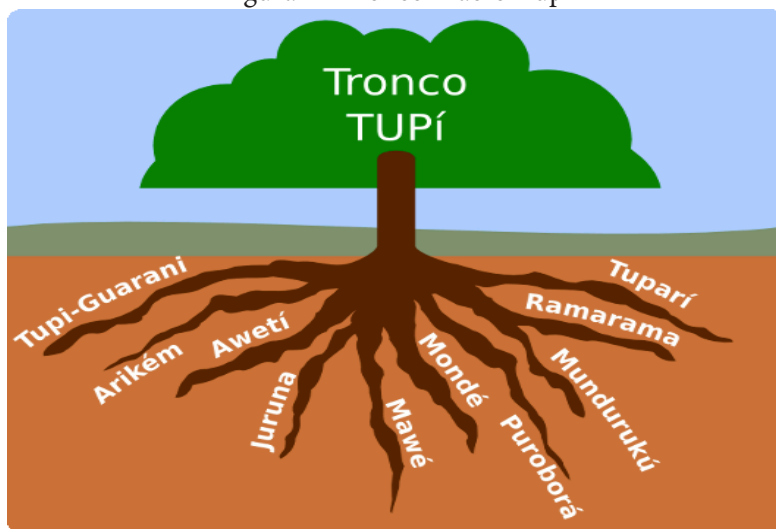
Rodrigues (2013) salienta que as línguas são classificadas em famílias segundo critérios genéticos. Situam-se em uma mesma família línguas para as quais há evidência científica de que derivam, por evolução ao longo do tempo, de uma mesma língua no passado, mais ou menos remoto, mantendo determinado nível de afinidade em sua gramática e em seu léxico. Há famílias que, por sua vez, revelam afinidade genética em nível mais remoto e constituem uma unidade mais ampla, que se chamam troncos linguísticos.

O Tupi influenciou não só o português falado no Brasil, como também outras línguas indígenas, as quais, ao entrarem em contato uma com as outras, geraram uma série de modificações. Além dessas influências, algumas línguas possuem origens comuns, é onde entram as famílias linguísticas e os troncos linguísticos.

De acordo com Rodrigues (2001), o Tupi é a língua que abarca a maior parte do território nacional, com registros de ocorrência no Amapá e norte do Pará; no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; no litoral atlântico e ainda em Rondônia, assim como nos principais afluentes meridionais do rio Amazonas, no Madeira, no Tapajós, no Xingu e também no Tocantins e Araguaia.

O tronco linguístico Tupi é constituído por dez famílias linguísticas para as quais é admitida uma origem pré-histórica comum. Essas famílias são reconhecidas como aparentadas geneticamente em um nível mais remoto, constituindo um conjunto de conjuntos, a que se chama tronco linguístico, nesse caso o tronco Tupi. Destacam-se as dez famílias: Arikém (AR), Awetí (AW), Juruna (JU), Mawé (MA), Mondé (MO), Munduruku (MU), Puruborá (PU), Ramaráma (RA), Tuparí (TU) e Tupi-Guarani (TG), como se pode observar na exemplificação da Figura 1.

Figura 1 - Tronco Macro-Tupi



Fonte: Website Mirim Povos Indígenas do Brasil.

Duarte (2016) afirma que muitas línguas pertencentes a essas famílias são faladas por número muito pequeno de falantes. Como, por exemplo, a língua Puroborá, pertencente à família Puroborá, a qual é lembrada como segunda língua apenas por alguns falantes. Outra língua fortemente ameaçada é o Xipaya, da família Juruna, falada por duas pessoas apenas em uma aldeia que se situa na região do baixo Xingu. Consoante Rodrigues (2001), enquanto a família Tupi-Guarani vem sendo documentada desde o século XVI, estudos, pesquisas e documentações sobre as línguas das outras famílias ocorrem somente a partir do século XVIII, e algumas línguas nem chegaram a ser objeto de estudo.

A Figura 1 mostra apenas as famílias linguísticas pertencentes ao tronco Tupi, não sendo vistas, na Figura, as diversas línguas que compõem o Macro-Tupi. O tronco Macro-Tupi é de grande importância, uma vez que as línguas aqui estudadas se originaram dele e, portanto, a noção das origens nativas é significativa para quem deseja entender mais de suas raízes ou raízes de outras cidades, bem como de cultura, povo e língua.

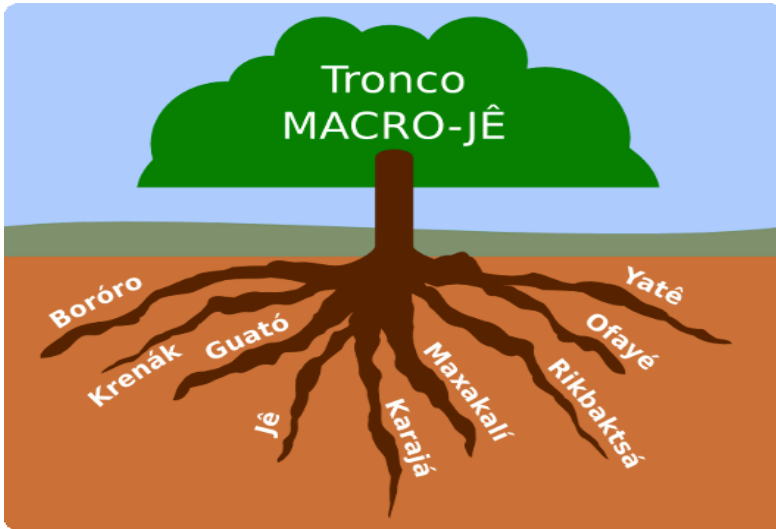
De acordo com Rodrigues (1999), o termo Macro-Jê fora proposto inicialmente por Mason (1950). Esse termo cobria uma quantidade de línguas que estavam correlacionadas com a família linguística Jê. Segundo Almeida (2004), esse lexema foi cunhado por Martius (1867) e sua adoção teve como objetivo eliminar os termos “Tapuya” e “Tapuya-Jê”, que eram utilizados por autores em momentos anteriores.

Já a partícula Jê, que dá nome a uma das principais famílias linguísticas do Tronco Macro-Jê, surge de um morfema que é empregado para indicar a noção de coletivo/plural. Segundo Campos (2009), trata-se de um morfema que é bastante recorrente em línguas da família Jê. Como não há consenso na linguística sobre o número exato de línguas que constituem o tronco Macro-Jê, há certa divergência entre os linguistas sobre quantas famílias existem de fato nesse tronco.

O tronco linguístico Macro-Jê abrange cerca de nove a doze famílias e possui uma peculiaridade hipotética devido ao seu descobrimento recente e poucas pesquisas relacionadas. Para Rodrigues (1999), o Macro-Jê tem línguas distribuídas desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, a Aruak, no oeste e no leste da Amazônia, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, e a Karib, ao norte do rio Amazonas, nos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, mas com algumas línguas ao sul daquele rio, ao longo de seu afluente Xingu, nos estados do Pará e Mato Grosso.

Na Figura 2 percebe-se a presença de apenas nove famílias linguísticas constituindo o Tronco Macro-Jê, como mencionado, há divergência da exata quantidade de famílias que compõem este tronco, bem como das línguas.

Figura 2 - Tronco Macro-jê



Fonte: Website Mirim Povos Indígenas do Brasil.

Rodrigues (1999) propõe distribuição das línguas do tronco Macro-Jê em 12 famílias, informando a divisão geográfica das línguas que constituem cada família do tronco em questão e quais se encontram mortas. Para as línguas vivas indicou também uma margem de falantes. O autor deixa claro que o tronco Macro-Jê ainda é uma hipótese (ou conjunto de hipóteses inter-relacionadas) e que as tentativas de classificação requerem trabalho mais detalhado. Contudo, afirma que a pouca documentação de determinadas línguas e a ausência de dados de outras dificultam, e muito, o trabalho histórico-comparativo.

A diversidade cultural são os múltiplos elementos que representam particularmente as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a religião, os costumes, a organização familiar, a política, entre outros, que reúnem as características próprias de um grupo humano em determinado território. A diversidade étnica é a união de vários povos em uma mesma sociedade. Etnia é um grupo de indivíduos que possui afinidades de origem, história, idioma, religião e cultura, independente do país em que se encontra.

As culturas podem variar entre os povos e até mesmo dentro das próprias comunidades. Assim como em qualquer cultura, o tempo e o contexto social em que vivem esses povos podem fazer com que haja pequenas alterações em

determinados sentidos, como na própria língua, por exemplo. Quando se fala em povos indígenas, fala-se em diversidade, uma vez que tais povos possuem diferenças em suas línguas, culturas, políticas, crenças, artes, danças, vestimentas, medicinas e em diversos outros campos. Suas histórias e contextos em que vivem fazem parte dessa vasta diversidade a qual pouco se conhece.

Análise e discussão dos resultados

Segundo Rodrigues (2013), por conta das situações em que a maioria dos indígenas vive, pode-se encontrar muitos casos de bilinguismo ou de multilinguismo com duas ou mais línguas indígenas faladas pelas mesmas pessoas, como acontece entre os vários povos da família linguística (e cultural) Tukano, no noroeste do Amazonas: atualmente estão presentes o português e/ou o espanhol, além da Língua Geral Amazônica. Por outro lado, conhece-se pouco acerca do grau de presença dessas diversas línguas nas respectivas comunidades.

O Amazonas possui a maior concentração de povos indígenas do Brasil, cerca de 50 povos e suas respectivas línguas, número que pode variar para mais ou para menos. Dentre os idiomas falados por esses povos, poucos já foram ou estão sendo objeto de pesquisa e estudo. Alguns idiomas foram bem mais estudados que outros, o que significa que se tem mais informações de alguns e poucas de outros, não levando aqui em consideração as línguas mortas há décadas ou centenas de anos, as quais há ainda menos informações, ou sequer alguma.

O Baixo Amazonas corresponde a sete municípios do Amazonas que possuem limite fronteiro com o estado do Pará. Durante a pesquisa, foi realizado levantamento dos sete municípios a serem estudados para investigar suas respectivas línguas nativas, são eles: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, Urucará e São Sebastião do Uatumã. Buscou-se identificar, por meio de pesquisas bibliográficas, as respectivas línguas nativas dos municípios e características breves referentes aos povos e línguas nativas de cada um, resgatando suas histórias.

O primeiro município estudado foi Barreirinha, cidade surgida, de acordo com dados do IBGE (2010), a partir da “missão Andirá”, criada em 1848 pela igreja católica. O município estende-se por 5 750,6 km² e contava com 32 041

habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 5,6 habitantes por km² no território do município. Barreirinha situa-se a 41 km ao sul-oeste de Parintins, a maior cidade nos arredores. Barreirinha é o segundo menor município em extensão territorial do Baixo Amazonas e apresenta apenas uma Terra Indígena (TI), conhecida como Andirá-Marau, que cobre 28% do município. Essa TI também corresponde às áreas de Maués e Parintins.

Segundo o IBGE (2010), nela vivem aproximadamente 13.350 pessoas, sendo uma das 11 Terras Indígenas com o maior número populacional do Brasil. Parte da população de Barreirinha é indígena, assim como muitas cidades do interior do Amazonas. O povo Sateré-Mawé habita essa região e constantemente reivindica melhor situação de vida. Muitos falam a língua portuguesa e fazem parte de associações indígenas que buscam dialogar com as autoridades locais. Os quilombos também se organizam dessa forma em relação a seu território.

De acordo com dados coletados da biblioteca do IBGE (2010), o povo Sateré-Mawé refugiou-se nesta área há mais de 200 anos, na época da Cabanagem, terra que, inicialmente, pertencia a Manuel da Silva Lisboa “[...] que não podendo suportar as tripulias do índio ‘Crispim de Leão’, abandonou o estabelecimento a fim de fugir aos sanguinários instintos daquele façanhudo índio” (IBGE, 2010, p. 20). Crispim de Leão foi o tuxaua que se destacou por tudo o que fez para garantir o território para seu povo, e foi morto por padres em sua própria sede.

O segundo município estudado foi Boa Vista do Ramos e, consoante os dados do IBGE (2010), pertence à mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Parintins. Sua população, estimada no último censo, era de 19.626 habitantes e a densidade demográfica é de 7,4 habitantes por km² no território do município.

Segundo dados do IBGE (2010), Boa Vista do Ramos prende-se diretamente à história de Maués. Em 1798 foi fundada a aldeia de Lúsea. Na metade do século XIX o território foi palco de conflitos sangrentos entre brancos e indígenas, também sendo afetado pela sedição dos cabanos. Pode-se dizer que Boa Vista do Ramos teve início com as primeiras casas de palhas, ainda no século passado, onde se destacava, como líder principal, o sr. Antero Roberto Pimentel, conhecido também como “Antero Gaivota”, proprietário da casa comercial “Boa Vista”, nome que deu origem à comunidade de “Vila de Boa Vista”.

O terceiro município estudado foi Maués, situado no interior do estado do Amazonas, pertence à mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Parintins e, segundo os dados do IBGE (2012), sua população é de 65.040 de acordo com o último censo. O município estende-se por 39.989,9 km² e sua densidade demográfica é de 1,6 habitantes por km². Maués situa-se a 85 km ao sul-leste de Itacoatiara. A história do município começa em meados de 1975 quando foi criada a aldeia Luséa, hoje conhecida como Maués. Em 1833, a antiga Luséa foi elevada à categoria de vila. Em 1853, pela Lei nº 25, de 3 de dezembro, a vila tornou-se cidade, chamada São Marcos de Mundurucânia. Depois de longos anos, em 4 de maio de 1896, passa a ser considerada município pelo novo regime jurídico, com o nome de Maués, pela Lei nº 137. Antes dos europeus chegarem a Maués, quando a cidade ainda era denominada Mundurucânia, os indígenas Maués e Munduruku viviam em constante conflito, resultado de suas diferenças culturais e pelo desejo de posse das terras. As guerras continuaram mesmo depois de ter sido explorada pelos europeus.

Segundo dados fornecidos pela biblioteca do IBGE (2012), os Munduruku foram os primitivos da região. A denominação de Maués provém do rio que banha o município e cuja margem fica na cidade. Ao rio, por sua vez, emprestou o nome a famosa tribo dos Maués, um dos povos primitivos da região e que ao que tudo indica foram os pioneiros no cultivo do guaraná, que é uma grande fonte de renda até os dias atuais na região, conhecida também como a “Terra do Guaraná”.

O quarto município estudado foi Nhamundá, pertencente à mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Parintins. Conforme dados do IBGE (2010), localiza-se a leste de Manaus, capital do estado, à distância de cerca de 380 km, e ocupa área de 14.105,619 km². Sua população, no último censo, era de 21.443 habitantes. O município, apesar de ter muitas histórias antigas, tem apenas 63 anos. A região de Nhamundá é até hoje marcada pela lenda das mulheres guerreiras que viviam no Amazonas. A história, que alguns consideram lenda, sobrevive, após relatos históricos de expedições de exploradores que navegaram pelo rio Amazonas, por volta de 1500, época do descobrimento do Brasil (lenda das Icamíabas, conhecida nacionalmente).

As origens da sede municipal, segundo dados do IDESAM (2013), remontam ao início das penetrações do rio Nhamundá, no século XVII. Os

indígenas Uabuís, Cunuris e Guacaris foram os primeiros habitantes do local, aldeia denominada Faro. Nhamundá possui extensão de 1,4 milhão de hectares, dos quais 33% são áreas protegidas (APA Guajuma, APA Nhamundá, TI Nhamundá-Mapuera e TI Trombetas-Mapuera).

O quinto município estudado foi Parintins, o qual possui a segunda maior população do estado, perdendo apenas para a capital, Manaus, com 115.363 habitantes, conforme estimativas do último censo. Localiza-se no extremo leste do estado, distante 372 km em linha reta da capital.

De acordo com o IBGE (1957), a ilha de Parintins recebeu a chegada do homem branco em 1796, quando ali se instalou o português Pedro Cordovil, na companhia de alguns escravos, para se dedicar à pesca de pirarucu, quelônios e peixes-boi. A ilha era habitada por diversas tribos indígenas, dentre elas a Tupinambá, que deu origem ao primeiro nome da cidade, e pelo qual ainda é chamada até hoje, apesar da troca de nome. De acordo com a biblioteca do IBGE (1957) também habitava a ilha o povo Parintintin.

O sexto município estudado foi São Sebastião do Uatumã. Segundo dados do IBGE (2010), as origens do município prendem-se à Urucará, cuja história remonta à fundação da povoação de Santana da Capela, em 1814, por Crispim Lobo de Macedo. Em 1887, é criado, na área da freguesia, o município de Urucará, extinto em 1930, tendo seu território anexado à Itacoatiara, para ser definitivamente restabelecido em 1935. Em fins de 1981, constavam da estrutura administrativa de Urucará os seguintes subdistritos: Urucará, Santa Maria, Capucapu, Alto Uatumã e São Sebastião; os territórios adjacentes da margem esquerda do rio Uatumã foram desmembrados de Urucará e passaram a constituir o município autônomo de São Sebastião do Uatumã.

São Sebastião do Uatumã é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, região norte do país, a 247 km a leste de Manaus. Sua população, de acordo com estimativas do IBGE (2010), era de 14.352 habitantes até 2020.

O sétimo município estudado foi Urucará, conhecido como “Princesinha do Baixo Amazonas”, e de acordo com dados do IBGE (2010) possui 131 anos. Distante da capital Manaus 270 km, o município estende-se por 27.903,4 km² e sua densidade demográfica é de 0,6 habitantes por km².

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE, 2012), o município de Uruará tem 17.094 habitantes e sustenta-se com economia baseada principalmente na agricultura, onde predomina o cultivo de mandioca, banana, guaraná, cacau, maracujá, milho, feijão, arroz, juta e malva. Habitavam primitivamente o território de Uruará os indígenas Burubus, Caboquenas e Guanavenas.

Após a coleta dos dados foi criado quadro para melhor acesso das informações coletadas sobre as respectivas línguas nativas de cada município e, assim, analisar melhor cada uma delas (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados coletados dos municípios do Baixo Amazonas

MUNICÍPIOS	POVOS	TRONCO LINGUÍSTICO ou FAMÍLIA LINGUÍSTICA	LÍNGUA NATIVA
Barreirinha	Sateré-Mawé	Macro Tupi Família Mawé	Mawé (Sateré-Mawé)
Boa Vista do Ramos	Munduruku, Sateré-Mawé	Macro Tupi- Munduruku/Tupi – Mawé	Munduruku/ Mawé
Maués	Munduruku, Sateré-Mawé	Macro Tupi- Munduruku/ Macro Tupi – Mawé	Munduruku/ Mawé
Nhamundá	Uabuís, Cunuris e Guaicaris	Não identificado	Não identificado
Parintins	Tupinambás, Parintintin	Macro Tupi / Macro Tupi	Tupi
São Sebastião do Uatumã	Burubus, Caboquenas e Guanavenas	Não identificado	Não identificado
Uruará	Burubus, Caboquenas e Guanavenas	Não identificado	Não identificado

Fonte: IBGE, 2010

A língua Sateré-Mawé, tronco Tupi, família linguística Mawé, é falada pelo povo Sateré-Mawé. Segundo Rodrigues (2002), há aproximadamente 8.000 falantes da língua distribuídos na Terra Indígena Andirá-Marau, localizada entre os estados do Amazonas e do Pará e na Terra Indígena Coatá-Laranjal, que é território do povo Munduruku, onde, de acordo com Teixeira (2005), existem 31 domicílios com 127 moradores.

Pelo fato de essas terras indígenas serem próximas a outros municípios do Amazonas, os Sateré-Mawé também são encontrados habitando as cidades de Parintins, Maués, Barreirinha, Nova Olinda do Norte, Manaus, Boa Vista do Ramos, entre outras. Em área urbana, o maior número de indígenas da etnia Sateré-Mawé, segundo Teixeira (2005), encontra-se na cidade de Parintins, com total de 127 domicílios com 512 moradores.

Segundo o etnógrafo Curt Nimuendaju (1948), a língua Mawé difere-se do Guaraní- Tupinambá, os pronomes concordam perfeitamente com a língua Curuaya-Munduruku e a gramática com o Tupi. O vocabulário Mawé tem elementos completamente estranhos ao Tupi, mas não se relaciona a outra família linguística. Ao longo dos séculos, seu repertório incorporou muitas palavras da língua geral. Hoje em dia, homens adultos e jovens são, em sua maioria, bilíngues em Sateré-Mawé e língua portuguesa, já as mulheres podem apresentar um grau de bilinguismo variado, as mais jovens sendo bilíngues, porém as mais velhas não.

O sustento das famílias baseia-se na agricultura, com destaque para os plantios de guaraná e as roças de mandioca. A farinha é a base da alimentação, sendo também comercializada para as cidades vizinhas de Maués, Barreirinha e Parintins. Plantam, ainda, para consumo próprio, o jerimum, a batata doce, o cará branco e roxo e uma infinidade de frutas.

Os Munduruku estão situados em regiões e territórios diferentes nos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Habitam, geralmente, regiões de florestas, às margens de rios navegáveis, sendo que as aldeias tradicionais da região de origem ficam nos chamados “campos do Tapajós”, classificados entre as ocorrências de savana no interior da floresta amazônica. A situação sociolinguística dos Munduruku é bastante diversificada em decorrência de diferentes momentos da história de contato com as frentes de colonização, e pelo fato de sua dispersão em diferentes espaços geográficos ocupados por esse povo.

O povo Munduruku possui fama de grande guerreiro, desde o século XVIII ficou conhecido não só pelos seus constantes ataques aos colonizadores portugueses, como também a outros povos indígenas da região amazônica. Francisco Jorge dos Santos (1999, p. 138) relata que: “[...] desde o início da década de 1770, tem-se notícias das atividades guerreiras dos índios Mundurucus [...] essa nação inquietou não só os colonizadores, mas também seus vizinhos indígenas Parintintin, Maués, Araras, Muras e outros”. De acordo com Robert e Yolanda Murphy, os Munduruku eram bastante estratégicos no que se refere a ataque contra seus inimigos, como no trecho a seguir:

A estratégia comum de cercar a aldeia inimiga e atacar de madrugada era a empregada pelos Mundurucu. No momento do ataque flechas flamejantes eram lançadas sobre os telhados da aldeia sitiada e os guerreiros irrompiam da floresta circunvizinha, soltando gritos aterradores. Todos os adultos inimigos eram mortos e suas cabeças eram seccionadas e conduzidas como troféus. As crianças eram levadas para serem adotadas pelos captores e criadas como Mundurucu. (MURPHY; MURPHY, 1954, p. 07).

Hoje em dia a população fica localizada em pequenas aldeias às margens do Tapajós e em sua maioria é bilíngue. Consoante Costa (2013), a língua Munduruku pertence ao tronco Tupi e à família Munduruku, juntamente com a língua Kuruaya (hoje extinta). A situação sociolinguística dos Munduruku é variada e geralmente depende da terra indígena (TI), da idade e/ou do sexo de cada falante. Mas se pode afirmar que boa parte da população é bilíngue, embora haja falantes monolíngues tanto em Munduruku quanto em português.

Ainda de acordo com Costa (2013), em algumas aldeias e afluentes do Tapajós as crianças, mulheres e idosos falam, na maioria das vezes, unicamente a língua materna. Ocorrem também casos em que a língua Munduruku passa por processo de desuso, com domínio quase exclusivo do português, com crianças e jovens que não falam plenamente o Munduruku, a exemplo das aldeias do Mangue e Praia do Índio, localizadas na periferia da cidade de Itaituba, e nas comunidades da Terra Indígena Coatá-Laranjal, no Amazonas. Sendo um povo guerreiro, várias expressões culturais significativas estavam relacionadas às atividades de guerra, que tinham caráter simbólico marcante para constituição do homem e da

sociedade Munduruku. A autora ainda afirma que os deslocamentos das aldeias tradicionais para o estabelecimento nas margens dos rios, formando pequenos núcleos populacionais, por certo contribuiu também para o desaparecimento da casa dos homens, unidade importante na aldeia tradicional e na permanência de alguns rituais de caráter coletivo que estavam relacionados às atividades de provisão de alimentos.

O povo Tupinambá é uma etnia indígena de origem Tupi que ocupava várias regiões costeiras do Brasil. De acordo com o IBGE (2010), seus costumes são mais conhecidos e há mais informações sobre eles por conta dos relatos dos europeus e jesuítas no período da colonização. Hoje sua população encontra-se bastante reduzida, mas ainda há membros pertencentes a essa tribo vivendo nas regiões da Bahia e na Mata Atlântica. A princípio, os Tupinambás viviam da caça, da pesca e da plantação de mandioca. As atividades agrícolas costumavam ser principalmente das mulheres. Aos homens cabiam as funções pesqueiras e da coleta, além da produção de instrumentos de guerra.

Ainda conforme os dados do IBGE (2010), os povos Tupinambás envolviam-se em conflitos com outras aldeias, capturavam um guerreiro e o levavam para cerimônia em suas terras. Era para esses momentos que os homens fabricavam todo o armamento, como lanças, arco e flecha, alguns feitos de madeira, outros de pedra. Hoje eles são chamados de Tupinambás de Olivença e estão fixos em uma região fundada pelos jesuítas, chamada Vila de Olivença.

Apesar de toda a civilização, os nativos não deixam para trás os seus costumes e lutam contra o Estado que, assim como acontece com outros povos indígenas, quer retirar sua condição de indígenas. A decisão tomada, ainda no século XIX, só veio a ser retirada em 2009 pela FUNAI e hoje eles possuem a demarcação de suas terras. O povo Tupinambá falava a língua Tupi, que hoje está extinta.

Os Parintintin integram o conjunto de pequenos grupos que se autodesignam Kagwahiva, mas que hoje, possivelmente, são conhecidos por outros nomes, muitos deles dados por grupos inimigos. A primeira referência histórica aos Kagwahiva data do final do século XVIII, quando, de acordo com pesquisa de Nimuendaju (1963), localizavam-se na confluência dos rios Arinos e Juruena, formadores do Tapajós. Os Parintintin, nome possivelmente dado pelos Munduruku, são os que habitam mais ao norte e são falantes da língua Tupi.

Atualmente, porém, pela influência da população regional não indígena, a colheita de mandioca e outros produtos é primordialmente uma atividade familiar. Homens e mulheres também hoje trabalham juntos na feitura da farinha de mandioca e do beiju. O dinheiro atualmente é necessário, sobretudo, para a compra de armas de fogo. Os Parintintin são muito pressionados economicamente, principalmente pelas frentes do extrativismo, como os seringueiros.

A exploração indevida dos recursos de seus territórios por migrantes não indígenas ameaça a sobrevivência do grupo. Sua população vem diminuindo, somando hoje menos de 200 indivíduos, muitos dos quais oscilam entre viver na Terra Indígena e trabalhar para madeireiros de cidades como Humaitá e Porto Velho. Alguns homens trabalham em obras de infraestrutura, como estradas, e mulheres como empregadas domésticas. Alguns foram bem sucedidos como cozinheiros, barqueiros ou regatões no rio Madeira. Uns poucos, ainda, fizeram carreira como tradutores e funcionários da FUNAI.

Nesta pesquisa não foi possível encontrar resquícios e quaisquer informações sobre os povos nativos das regiões de Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Urucará. De acordo com os dados do IDESAM (2013), Nhamundá fora habitada pelos indígenas Uabuís, Cunuris e Guaicaris e, segundo a biblioteca do IBGE (2010), São Sebastião do Uatumã e Urucará pelos indígenas Burubus, Caboquenas e Guanavenas. Essas, no entanto, são as únicas informações disponíveis sobre esses povos, o que leva a crer que suas línguas foram extintas.

O termo “língua morta” remete à ideia de língua que “desapareceu”, porém, existe também a “língua extinta”, e então se pergunta: qual a diferença entre as duas expressões? A diferença é bem simples, língua extinta é aquela que não possui mais quaisquer falantes, não possuindo mais descendentes vivos e que, atualmente, não se encontram informações disponíveis, visto que não foram sequer estudadas, o que dificulta a realização de novas pesquisas. Já a língua morta é aquela que não é mais a língua materna de uma comunidade, mas ainda é utilizada em outros contextos, como é o caso do latim. Dessas línguas existem estudos, e elas, muitas vezes, possuem descendentes e resquícios em outras línguas.

De acordo com o documento *Language vitality and endangerment*, publicado pelo grupo especialista em línguas ameaçadas da UNESCO (2003), aproximadamente 97% da população mundial falam cerca de 4% das línguas do mundo. Essa informação mostra como a maior parte da diversidade linguística

do mundo está nas mãos de comunidades minoritárias que, na maioria das vezes, sofrem pressão de línguas majoritárias e de sociedades com altos poderes político e econômico. A maioria das línguas majoritárias foi sustentada por regimes expansionistas que estabeleceram políticas de aculturação em seus territórios conquistados. Os povos precisavam abandonar seus costumes, sua cultura, sua língua para que pudessem se integrar aos conquistadores e à nova sociedade e assim segue até hoje em diversos contextos.

Todas as línguas indígenas do Brasil sofrem risco de extinção em algum grau. O mapa da UNESCO, publicado em 2008, Ano Internacional das Línguas, proclamado pelas Nações Unidas, mostra 190 línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção, sendo que 12 delas já estavam extintas. Esse mapa também mostra o Brasil em terceiro lugar no *ranking* dos países com o maior número de línguas ameaçadas. Segundo Thomason (2015), uma língua está claramente em perigo quando há risco de desaparecimento em uma ou duas gerações, quando seus últimos falantes são mais velhos, quando pouca ou nenhuma criança a está aprendendo como primeira língua e quando ninguém a está aprendendo como segunda língua. A morte de uma língua é algo considerado natural, que pode ser explicada pelas perdas territoriais ou por mudanças forçadas de sua cultura tradicional.³

Dessa forma, acredita-se que as pesquisas voltadas para esse problema devam ser feitas o quanto antes. Pensou-se na criação de mapa como forma de melhor auxiliar esta pesquisa, uma vez que é de fácil entendimento e capaz de transmitir e armazenar conhecimentos através do espaço geográfico, e, desta forma, melhor representar determinadas regiões.

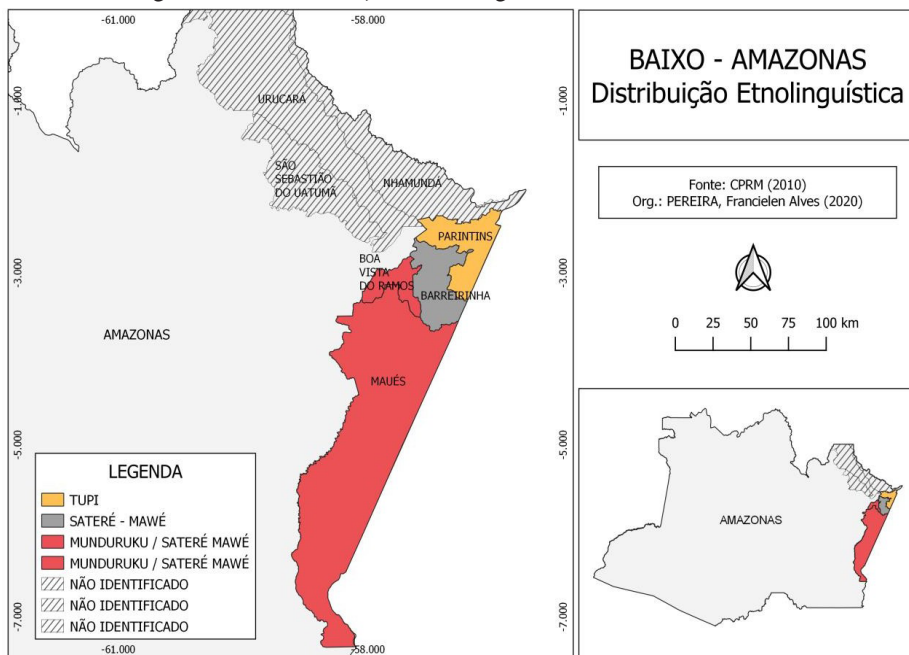
Aqui se buscou documentar as línguas nativas remanescentes do Baixo Amazonas, mesmo que algumas não tenham sido identificadas, organizando o material coletado por meio da pesquisa bibliográfica. Enfatiza-se, ainda, a urgência de pôr em prática os objetivos de preservar as línguas indígenas que continuam resistindo com o tempo e com a opressão. Pois, se não perdurar a importância de estudá-las, mais povos, culturas e línguas irão desaparecer com o tempo.

O mapa construído tem referências que podem facilitar o entendimento

3 A globalização é a atual fase de expansão do capitalismo, consiste em uniformizar o mundo deixando-o cada vez mais igual, ocasionando a padronização da cultura entre os diferentes povos. Ou seja, uma das consequências da globalização é unificar o mundo em um só sistema, o chamado: Sistema-Mundo, que consiste, por exemplo, em fazer uma pessoa dos países do sul do hemisfério ter padrões culturais semelhantes aos de uma pessoa do hemisfério Norte. (SENE; MOREIRA, 2012, p. 13).

por meio das informações apresentadas, como localização dos municípios do Baixo Amazonas e a divisão por cor para que se possa identificar as línguas nativas de cada região. Importante ressaltar que uma região pode ter apenas uma língua e outras mais de uma, e ainda existem aquelas que não foram identificadas, como disposto na Figura 3.

Figura 3 – Distribuição Etnolinguística/Baixo-Amazonas



Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), 2020.

O que se busca a partir deste levantamento é estudar as línguas nativas de cada região citada não apenas para obter e gerar conhecimentos, mas também como forma de sua preservação. Salienta-se a importância urgente da documentação das línguas indígenas, uma vez que com o passar do tempo acabam-se perdendo povos e suas respectivas línguas, o que se transforma em um grande problema nacional.

Considerações Finais

O presente trabalho propôs analisar a sustentabilidade etnolinguística das línguas nativas remanescentes no Baixo Amazonas. Estudar uma língua vai muito além de observar suas regras, sua escrita e sua pronúncia. É estudar uma visão de mundo diferente, bem como suas histórias, mitos, crenças, tradições, ou seja, sua cultura.

É isso que trata a etnolinguística, disciplina que busca relacionar a língua e a história dos povos nativos, e que é de grande importância para o conhecimento e preservação das línguas indígenas, as quais foram se perdendo nesses 500 anos desde a colonização. E os pressupostos da “sustentabilidade” não são diferentes. Evidências científicas comprovam que pessoas e a natureza compartilham dos mesmos desafios. Assim, as análises realizadas neste trabalho são encorajadoras no sentido de se começar a fazer registro das línguas nativas das regiões estudadas. Parece óbvio, mas não é. Se esses registros, que representam identidade cultural e linguística, não forem feitos, a compreensão desses estudos fica mais superficial, principalmente para alunos que buscam a graduação do curso de Letras.

Segundo Rodrigues (2005), o número de pesquisadores voltados para a etnolinguística é ainda pequeno devido há muitos fatores, sendo os principais: a organização das universidades brasileiras e a importância que tem nelas a linguística. No nível de graduação, a linguística é ensinada aos estudantes de Letras apenas como base para desenvolvimento e formação para dar aulas nos ensinos fundamental e médio. Deve-se levar em consideração que há poucos projetos de linguística nas Faculdades de Letras e que, mesmo onde existem, são compelidos a preocupar-se maximamente com a formação de professores para a língua majoritária, a portuguesa, e suas expressões literárias.

Durante o processo de investigação pôde-se constatar, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE e pelo IDESAM, que o município de Barreirinha fora inicialmente habitado pelo povo Sateré-Mawé, com isso a língua nativa da região é a Mawé ou Sateré-Mawé, família linguística Mawé e tronco linguístico Macro-Tupi. Em Boa Vista do Ramos, o segundo município estudado, os povos nativos encontrados foram Munduruku e Sateré-Mawé, e como línguas nativas a Munduruku e a Sateré-Mawé, tronco linguístico Macro-Tupi e famílias linguísticas

Munduruku e Mawé. Assim como Boa Vista do Ramos, Maués fora habitada pelos povos Satere-Mawé e Munduruku.

O município de Nhamundá, de acordo com dados do IDESAM, fora inicialmente habitado pelos indígenas Uabuis, Cunuris e Guaicaris. Não foi possível colher quaisquer informações sobre a origem desses povos, sua cultura e muito menos a língua falada, de onde se conclui que são povos extintos. O município de Parintins teve como primeiros habitantes os povos Tupinambás e os conhecidos como Parintintin, como língua nativa o Tupi e o tronco Macro-Tupi. Os municípios de São Sebastião do Uatumã e Uruará tiveram como povos nativos os Burubus, Caboquenas e Guanavenas. Desses povos também não foram encontradas informações, portanto, conclui-se, também, como sendo extintos e com línguas extintas.

Os objetivos elencados no projeto foram alcançados, uma vez que foi possível descrever os troncos linguísticos e as línguas nativas; e da mesma forma, delinear as características e histórias do Baixo Amazonas. Alcançou-se o objetivo de identificar os povos nativos dos municípios estudados, embora em três deles não tenha sido possível verificar suas respectivas línguas nativas. Com os dados dos municípios coletados, construiu-se o mapa proposto e, dessa forma, o trabalho foi concluído.

Referências

CÂMARA JÚNIOR, M. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional, 1965.

CÂMARA JÚNIOR, M. **Linguística e etnologia**. Revista do Museu Nacional, v. 2, 1994, p. 27-31.

CAMPOS, C. S. O. **Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxakalí**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

COSTA, N. M. P. **Estudo etnoterminológico do sistema de cura e cuidados em língua Mundurukú (Tupi)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Português. Universidade de Brasília/ UnB.

CARRERO, G. C. et al. **Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram**. Manaus-AM, 2013.

DUARTE, F. B. Diversidade linguística no Brasil: a situação das línguas ameríndias. In: II DIVERMINAS. **Caletroscópio**, v. 4, nº Especial, 2016.

FERREIRA, D. L.; RIBEIRO, E. M. **Diversidade etnolinguística**: as línguas nativas no Baixo Amazonas numa perspectiva sustentável. 2020. Monografia (Graduação), Universidade do Estado do Amazonas-UEA/CESPJ. Parintins.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico** 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ISIDORO, E. A. **Situação sociolinguística do povo Arara**: uma história de luta e resistência. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras), programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiás.

KRAUSS, M. The world's languages in crisis. In: **Language**, n. 68, 1992, p. 4-10.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
MARTIUS, K. F. P. V. **Beiträge zur Ethnographie und prachenkunde Amerika's zumal Brasiliens**, I. Zur Ethnographie, II. Zur Sprachenkunde. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

MURPHY, R.; MURPHY, Y. **As condições atuais dos Mundurucú**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954.

NIMUENDAJÚ, C. The Mawé and Arapiun. In: STEWARD, Julian. **Handbook of South American Indians**, v. 3. New York: Cooper Square Publishers, 1963.

NIMUENDAJÚ, C. Os índios Parintintin do rio Madeira. In: **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982 [1. ed. 1924]?. p. 46-110.

PEREIRA, A. M. A riqueza sociolinguística e cultural dos povos indígenas de Rondônia. **Anais do SIELP**, v. 1, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2011, p. 174-181.

RODRIGUES, A. D. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. **Com Ciência**: revista Eletrônica de Jornalismo Científico, SBPC. Linguagem: cultura e transformação, n. 23, agosto de 2001. Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999.

RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.). **The amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RODRIGUES, A. D. Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia. Laboratório de Línguas Indígenas. Instituto de Letras, Universidade de Brasília. In: SIMÕES, M. S. (Org.). **Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta**, 1. ed., v. 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, p. 269-278.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2. São Paulo, 2005.

RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013.

RODRIGUES, A. D. Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia. **Ecolinguística**: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 1, n. 1, 2015, p. 38-46.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Paula Yone Stroh (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, F. J. **Além da conquista**: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. Manaus: Governo do Amazonas/Secretaria de Estado de Cultura e de Turismo/UFAM, 1999.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. **Geografia geral e do Brasil**: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2012, p. 248.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé**: retrato de um povo indígena. Diagnóstico sócio participativo. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

THOMASON, S. **Endangered languages**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.